

# MEMÓRIAS DIFÍCEIS E DESCOLONIZAÇÃO EM PORTUGAL

---

Em 2024 comemoram-se os 50 anos da revolução do 25 de abril de 1974 que, espoletada pelo Movimento das Forças Armadas, terminou com as guerras coloniais em África de 13 anos, dando início ao processo de descolonização e de independência das colónias. 49 anos após a independência desses territórios, propomo-nos um intercâmbio sobre a forma como em Portugal se lida, com as memórias difíceis do colonialismo, das guerras e do racismo.

O objetivo é que os trabalhos de memória em curso sejam mais amplamente divulgados na sociedade civil, bem como nas instituições e na política. Reconhecemos que, em diversos setores da sociedade, muito há ainda por fazer, no que respeita à descolonização das mentes, das práticas, e do saber, incluindo escolares. Pretendemos que este trabalho de diálogo intergeracional, reflexivo e crítico, seja de forma capaz de transformar e de mobilizar pensamentos, conceitos e práticas através dos agentes culturais e educativos. Sem um trabalho rigoroso de memória, os traumas permanecem, fixam-se e reproduzem-se com novas roupagens.

Em Portugal, existem inúmeras atividades relacionadas com a descolonização, sobretudo em círculos académicos<sup>1</sup>, em investigações e publicações, em conferências, em alguns museus<sup>2</sup> ou exposições. Seja no trabalho de memória sobre a escravatura ou nas exposições coloniais com zoológicos humanos (1932), na abordagem de Lisboa como uma cidade plural desde há muito e até hoje (Museu de Lisboa, 2019) e na discussão do racismo que os descendentes de africanos sofrem em Portugal, que muitas vezes vivem em condições precárias. Grupos ativistas, académicos e indivíduos expressam-se sobre racismo, migração, escravatura e alguns sobre restituição e descolonização de museus. Existem bons filmes sobre a história, como a série HISTÓRIA A HISTÓRIA – ÀFRICA (RTP, 2017), do historiador Fernando Rosa, sobre o colonialismo português, ou A GUERRA (2012), de Joaquim Furtado, sobre as guerras coloniais. No entanto, o historiador Miguel Cardina (2023)<sup>3</sup> analisa a ampla amnésia pública em Portugal em relação à memória da guerra colonial e da descolonização. relacionados

---

<sup>1</sup> Entre outros: **Meneses**, Paula (2015) Memórias de violências: que futuro para o passado? *Revista Crítica de Ciências Sociais* (RCCS) 106/2015:3-8. <https://journals.openedition.org/rccs/5867>

**Sousa Ribeiro**, António e **Calafalte Ribeiro**, Margarida (orgs). 2016. *Geometrias da Memória: Configurações Pós-Coloniais*, Edições Afrontamento: Porto; **Sousa Ribeiro**, António (org), 2021. *A Cena da Pós-Memória. O presente do passado na Europa pós-colonial*. Edições Afrontamento: Porto.

<sup>2</sup> **O impulso fotográfico: (des)arrumar o arquivo colonial**, MUHNAC, 21 Dezembro 2022 - 31 Dezembro 2025. <https://www.museus.ulisboa.pt/exposicao-impulso-fotografico>.

**Desconstruir o Colonialismo, Descolonizar o Imaginário: O Colonialismo Português em África: Mitos e Realidades** | 30.10.2024 a 02.11.2025, Lisboa. <https://museudeetnologia.pt/exposicoes-temporarias/exposicao-desconstruir-o-colonialismo-descolonizar-o-imaginario/>

**Confrontar o legado colonial no museu**, Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz, 12.03.2025 a 31.10.2025. [https://www.iifa.uevora.pt/informacoes/eventos/\(item\)/42790](https://www.iifa.uevora.pt/informacoes/eventos/(item)/42790)

<sup>3</sup> **Cardina, Miguel** (2023): *O Atrito da Memória. Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*, Tinta da China, Portugal.

com a escravatura e o trabalho forçado, a questão da restituição de peças existentes em museus e a permanência de representações colonialistas e racistas do africano, em espaços públicos, como no Portugal dos Pequenitos ou na publicidade. As necessidades da descolonização são múltiplas e complexas.

Urge que estas memórias controversas sejam analisadas criticamente, amplamente discutidas e aceites pela sociedade portuguesa, e que tenham um eco adequado nos livros escolares e que suscitem a assumir uma responsabilidade pelas consequências a longo prazo da colonização. Não é uma tarefa fácil. Nos debates sobre o passado, existe uma tendência «lusotropicalista»<sup>4</sup>, ou seja, narrativas fantasiosas e mitos do «bom colonizador» português, resquícios da máquina de propaganda do Estado Novo. Embora o trabalho forçado existiu em diversas formas em Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné-Bissau até 1974 e que, nas últimas guerras coloniais entre 1968 e 1972, foram utilizadas mensalmente bombas de napalm (proibidas internacionalmente) em massa. Estes factos são apagados da memória coletiva. Embora em Portugal, a partir de 25 de abril de 1974, as «3 D» (democracia, desenvolvimento e descolonização) tenham sido declaradas prioridades, a necessária descolonização foi suprimida.

Até hoje, as «descobertas» continuam a ser oficialmente celebradas e continua a ser difícil, tanto no discurso público como por parte das instituições, reconhecer os danos causados nas antigas colónias. O que deveria ser um dever para todos os antigos impérios e Estados coloniais europeus, uma vez que nós, europeus, fomos os que mais beneficiamos e continuamos a beneficiar dos efeitos das várias colonizações, continua por fazer. No debate, insiste-se frequentemente que o colonialismo português, com a conversão (obrigatória) ao cristianismo e a difusão (muito limitada) da alfabetização<sup>5</sup> teve um «efeito civilizador». No entanto, raramente se reconhece que, quando Portugal chegou a África, já existiam civilizações com os seus próprios Estados, formas de organização, modos de vida e culturas, que foram demonizadas pelas igrejas cristãs e pela potência colonial.

Tal como outras potências coloniais europeias, o colonialismo português aprofundou tensões existentes e criou novas divisões internas em África para se manter no poder. Durante o colonialismo, Portugal agravou as chamadas divisões étnicas<sup>6</sup> com base em diferenças que, em parte, foram definidas e criadas pelos colonizadores como «étnicas» para servir os seus próprios interesses. Insiste-se repetidamente que o que se seguiu nas antigas colónias após a independência foi pior do que o período do colonialismo. As responsabilidades coloniais pelas continuidades violentas do que foi semeado durante séculos não são analisadas. A dura história pós-colonial em África (guerras civis, corrupção, décadas de governo de partidos únicos sem eleições democráticas) não justifica a amnésia (Cardina, 2023) em relação aos 500 anos de intervenção nas colónias, que raramente são recordados de forma crítica. É necessário, antes,

---

<sup>4</sup> <https://www.buala.org/en/to-read/luso-tropicalism-and-portuguese-late-colonialism>

<sup>5</sup> Em 1974, havia apenas 14 licenciados na Guiné-Bissau.

<sup>6</sup> **Amselle, Jean-Loup et M'Bokolo, Elikia** (eds.) (1985): *Au cœur de l'ethnie : ethnies, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte, [rééd. 1999, 2005]; **Amselle, Jean-Loup** (2011): *De la déconstruction de l'ethnie au branchement des cultures : un itinéraire intellectuel*, *Actes de la recherche en sciences sociales* 2010/5 (n° 185).

reconhecer o que aconteceu e também lamentá-lo (como sugerem Freud (1982) e Endo (2013))<sup>7</sup>.

A realidade dos factos desmente, sem dificuldades, a visão romantizada da colonização portuguesa: por exemplo, que a prosperidade económica sentida nas colónias, como Angola e Moçambique, nos anos 60 e 70, era exclusiva das elites brancas e mestiças; que essa prosperidade assentou nas expropriações de terras efetuadas pelo estado português ao longo do século 19 e 20; que a guerra colonial de 1961-74 foi uma realidade brutal para muitas populações africanas, e que as tropas portuguesas atentaram frequentemente contra os direitos humanos – desde o uso de napalm, passando pelas violações e pelo massacre de populações civis; que, na Guiné, aquando da independência, apenas 14 africanos possuíam formação universitária. Outro bom argumento sobre a "boa qualidade" do colonialismo português são as violentas lutas de poder que se seguiram à independência das colónias. No entanto, na Europa e noutros lugares, as lutas pelo poder têm sido igualmente fortes e não menos violentas ao longo da história. Mas acima de tudo os poderes coloniais Portugueses (seja monarquia, república ou estado novo), tanto como outras forças coloniais europeias, produziram divisões para governar, exacerbando divisões em termos de diversas etnias<sup>8</sup>, que foram em parte criadas por entidades coloniais para servir os interesses coloniais.

A história pós-colonial em África foi marcada pela violência das intervenções portuguesas nas colónias, que precisamos recordar, fazer o luto e recordá-los, tal como Freud (1982) e Endo (2013)<sup>9</sup> sugerem.

Um dos indicadores que torna evidente o bloqueio de uma memória crítica é o currículo escolar português: uma análise crítica da colonização portuguesa e das guerras coloniais raramente é prevista nas aulas (ou é omitida por falta de tempo), embora as conquistas e a construção do império façam parte do currículo. Muitos conteúdos dos livros escolares são muito questionáveis, como Marta Araujo (2017) e Cristina Roldão<sup>10</sup> (2019) deixam claro. O século XX é pouco abordado nas aulas de história, em contrapartida, ensina-se muito sobre as «descobertas». A primeira grande exposição em um museu que informa e reflete de forma crítica sobre o colonialismo está patente desde novembro de 2024 no Museu Etnológico de Lisboa. Seria importante adotar uma abordagem transversal em todos os museus e locais de memória, pois em muitos deles a memória crítica ainda não é visível. Falta compreensão das diferentes formas de

---

<sup>7</sup> **Freud, Sigmund** ((1923) 1982): "Recuerdo, Recordación y Elaboración", in: *Obras Completas de S. Freud*. T.II, Madrid: Biblioteca Nueva, p.1.683-8.; **Endo, Paulo** (2013): "Pensamento como Margem, Lacuna e Falta: Memórias, Luto E esquecimento", *Revista USP*, N.98, Junho/Agosto 2013:41-50, São Paulo.

<sup>8</sup> **Amselle, Jean-Loup et M'Bokolo, Elikia** (éds), *Au cœur de l'ethnie : ethnies, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte, 1985 [rééd. 1999, 2005].; **Amselle, Jean-Loup** (2011) *De la déconstruction de l'ethnie au branchement des cultures : un itinéraire intellectuel, Actes de la recherche en sciences sociales 2010/5* (n° 185).

<sup>9</sup> **Freud, Sigmund** (1982), "Recuerdo, Recordación y Elaboración", in *Obras Completas de S. Freud*. T.II, Madrid: Biblioteca Nueva, p.1.683-8.; **Endo, Paulo** (2013) "Pensamento como Margem, Lacuna e Falta: Memórias, Luto E esquecimento", *Revista USP*, N.98, Junho/Agosto 2013:41-50, São Paulo.

<sup>10</sup> **Lopes, Paula** (27 de maio de 2019). [«Cristina Roldão: "A escola está feita para uma criança de classe média, branca e urbana"»](#). UALMedia. Consultado em 6 de julho de 2020

**Semedo, Luísa** (12 de abril de 2019). [«Cristina Roldão fala sobre racismo na Gulbenkian em Paris»](#). LusoJornal. Consultado em 6 de julho de 2020

descolonização<sup>11</sup> atualmente necessárias. Os museus do país conservam numerosos restos mortais das antigas colónias que não são repatriados; nas reservas e arquivos foram guardadas máscaras, bem como seres e meios rituais cujas origens e contextos de produção são muito vagamente conhecidos. Tudo isto foi trazido das colónias para Portugal, sobretudo para ilustrar a suposta primitividade dos colonizados. Havia pouco interesse pelos seus valores, práticas e modos de vida. Em vez disso, estes eram exotizados, o que permitia justificar o sentimento de superioridade.

O mais difícil no processo de descolonização da memória coletiva, principalmente das gerações nascidas e criadas no período do Estado Novo (mas não só), parece ser o de assumir uma responsabilidade ética em torno do colonialismo e do racismo que lhe está associado. Na responsabilidade ética não se trata de insistir sobre “culpa”, mas sim de reconhecer os danos causados, e recordar-se do passado para que não se repita. Como tal, é fundamental incluir, nesse processo de catarse de memórias dolorosas, as gerações dos 45 anos de idade em diante. Só assim se conseguirá alcançar uma descolonização abrangente e efetiva, menos formal e menos fictícia.

Lisboa, Abril 2025

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA (APH) – Portugal**

Miguel Monteiro Barros

[mmonteirob@gmail.com](mailto:mmonteirob@gmail.com)

**INSTITUTO PAULO FREIRE (PFI) – Berlin, Alemanha**

Sophie Kotanyi:

[sophiekotanyi@paulofreireinstitutberlin.org](mailto:sophiekotanyi@paulofreireinstitutberlin.org)

**Paceiros**

**PLANO NACIONAL DAS ARTES (PNA) – Portugal**

**INSTITUTO GOETHE - Lisboa**

**FUNDACIÓN KÖRBER – Alemanha**

**Vários académicos, artistas e museus em Portugal e na Alemanha**

---

<sup>11</sup> Ver os filósofos Africanos Mbembe 2001, 2010; Mbemge et Sarr 2017. Wiredu 2002; **Wiredu, K.**, 1998. Toward Decolonizing African Philosophy and Religion'. *African Studies Quarterly* 1 (4): 17. **Wiredu, K.**, 2002. 'Conceptual decolonization as an imperative in contemporary African philosophy: some personal reflections', *Rue Descartes*, no. 36:53-64. **Mbembe** Achille., 2001. *On the Postcolony*, University of California: Berkeley. **Mbembe** A., 2010. *Sortir de la grande nuit; Essai sur l'Afrique décolonisée*. La Découverte: Paris. **Mbembe, A. et Sarr**, Fewine. (eds.), 2017. *Écrire l'Afrique-Monde. Les Ateliers de la pensée*. Philippe Rey, Jimsaan.